

**PORTARIA GP Nº 1125 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº 11.514 de 13 de Agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).  
Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Severino Rodrigues dos Santos  
Desembargador Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

**Republicação do Relatório de Gestão Fiscal**

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Líquidas	Inscritas em restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	91.454	20	91.474
Pessoal Ativo	83.030	20	83.050
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	255		255
Demais Despesas com Pessoal Ativo	82.775	20	82.795
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.424		8.424
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.084	0	9.084
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	255		255
Despesas de Exercícios Anteriores	630		630
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.199		8.199
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	82.370	20	82.390
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			445.106.323
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,018506%	0,000004%	0,018510%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,037725%			167.916
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,035839%			159.521

Fonte: SIAFI/2007/2008 e SCAN/SOF/TRT19ª Região.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

c) Do total informado correspondente a sentenças Judiciais c/ Precatórios, R\$ 102 mil, corresponde a Sentença de Pequeno Valor, e R\$ 153 mil corresponde a precatórios da Administração Direta.

Severino Rodrigues dos Santos  
Desembargador Vice-Presidente  
no exercício da Presidência

Expedito Leopoldo de Oliveira Júnior  
Ordenador de Despesa

José Angelo de Araújo  
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Sheila Santos Rolim  
Diretora do Serviço de Controle Interno